



Número: **0837229-87.2019.8.18.0140**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **20/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HUELSON LINS DE SOUSA COSTA (AUTOR)		LUCIANO GOMES SANTANA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11634 212	31/08/2020 15:25	Citação	Citação
11251 719	13/08/2020 15:47	Despacho	Despacho
10970 142	24/07/2020 21:19	Petição	Petição
10970 494	24/07/2020 21:19	emenda a inicial	Petição
10970 496	24/07/2020 21:19	CARTA de Indeferimento da Seguradora, negando o pedido de indenização.	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
82264 52	13/02/2020 13:15	Despacho	Despacho
77280 44	21/12/2019 10:38	Decisão	Decisão
77252 26	20/12/2019 11:55	Petição Inicial	Petição Inicial
77252 32	20/12/2019 11:55	DOC	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
77252 33	20/12/2019 11:55	PETIÇÃO	Petição
77252 35	20/12/2019 11:55	PROCURAÇÃO	Procuração

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0837229-87.2019.8.18.0140
CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]
AUTOR: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO VIA SISTEMA

Ao Senhor

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Comunico-lhe que tramita nesta **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina** a Ação AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65) (Processo n.o 0837229-87.2019.8.18.0140) que tem como requerente AUTOR: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

É, pois, a presente para **CITAR**, por meio de Vossa Senhoria, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., para **CONTESTAR**, querendo, esta ação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do art. 344 do Novo Código de Processo Civil.

As cópias dos documentos necessários podem ser acessadas, utilizando as chaves de acesso abaixo, na

url <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> : 

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	1912201147017830 0000007381317
DOC	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	1912201147021140 0000007381323
PETIÇÃO	Petição	1912201147028070 0000007381324
PROCURAÇÃO	Procuração	1912201147030300 0000007381326
Decisão	Decisão	1912201715345800 0000007384032
Despacho	Despacho	2002131315544250 0000007857302
Petição	Petição	2007242119135620 0000010399993
emenda a inicial	Petição	2007242119137770 0000010399995
CARTA de Indeferimento da Seguradora, negando o pedido de indenização.	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	2007242119139390 0000010399997
Despacho	Despacho	2008131547256460 0000010661145

TERESINA-PI, 31 de agosto de 2020.

LEDA RAQUEL CALADO E SILVA LOBAO LOPES
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0837229-87.2019.8.18.0140

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA

Nome: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA

Endereço: Quadra 257, 07, Itararé, TERESINA - PI - CEP: 64078-274

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua Coelho de Resende, (Zona Norte) - até 779/780, Centro, TERESINA - PI - CEP: 64000-370

MANDADO

Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. ciente do conteúdo abaixo:

DESPACHO-CARTA

1. Preenchido os requisitos legais, defiro ao Autor os benefícios da justiça gratuita. Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n. 35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO/CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.**

TERESINA-PI, 10 de agosto de 2020.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina da Comarca de TERESINA



Vem fazer juntada de petição de emenda a inicial.



**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE TERESINA – PI.**

PROCESSO: 0837229-87.2019.8.18.0140

HUELSON LINS DE SOUSA COSTA, já devidamente qualificado nos autos da ação acima epigrafada, que move em desfavor da Seguradora Líder (DPVA), vem, por meio de seu advogado legalmente constituído, à honrosa presença de Vossa Excelência fazer juntada de documento com o fito de comprovar o efetivo enfrentamento do processo administrativo junto a seguradora Líder, conforme exarado em despacho supra.

Importante destacar ainda Excelência que, devido o momento delicado, por qual o país está passando, importante se destacar que os órgãos administrativos estão com sua capacidade de trabalho comprometido, atrasando substancialmente as solicitações que chagam até eles, inclusive a seguradora Líder.

Por essa razão, caso o nobre julgador entenda que o documento carreado aos autos não se faz no seu todo necessário para provar o esgotamento do processo administrativo junto seguradora acima citada, requer o autor a reconsideração de prazo, para que o mesmo possa eventualmente atender a formalidade que o douto entender conveniente, para o regular andamento do feito.

Pede espera deferimento.

Teresina – PI, 15/07/2020.

Luciano Gomes Santana/OAB/PI 11.668



Rio de Janeiro, 08 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA

Nº Sinistro: 3180252903

Vítima: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA

Data do Acidente: 22/11/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180252903**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **22/11/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00293/00294 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 12936760



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2º Cartório Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0837229-87.2019.8.18.0140
CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]
AUTOR: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro ao autor os benefícios da justiça gratuita.

Tendo em vista a concessão da gratuidade, **determino a redistribuição do processo para a secretaria da 2ª Vara Cível.**

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 839.314, decidiu que é necessário, sob pena de extinção por falta de interesse processual, que a parte junte aos autos o comprovante de que esgotou a via administrativa:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.314 (835)

ORIGEM : PROC - 90820121 - TJMA - TURMA RECURSAL ÚNICA DE IMPERATRIZ

PROCED. : MARANHÃO

RELATOR :MIN. LUIZ FUX

RECTE.(S) : FRANCISCO BORGES LEAL

ADV.(A/S) : DÁVIO SÓCRATES DE SOUSA NASCIMENTO E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

ADV.(A/S) : DINA CLÁUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG.

1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.

2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas.

3. In casu, o acórdão recorrido assentou:

“2. Inexiste uma das condições da ação, pois que não houve indícios de que fora realizado qualquer pedido administrativo perante a Seguradora reclamada. 3. Inexiste necessidade do pronunciamento judicial, pois não havendo que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, não há o interesse de se ingressar com a demanda em juízo.”



Assim, determino a emenda à inicial para que o autor junte aos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, cópia do processo administrativo junto à seguradora requerida, documento indispensável a demonstrar o seu interesse jurídico, bem como adite a sua petição inicial para esclarecer sobre eventuais valores recebidos na via administrativa.

-
TERESINA-PI, 6 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito da 2º Cartório Cível da Comarca de Teresina



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Vara Núcleo de Plantão Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Fórum Cível e Criminal "Des. Joaquim de Sousa Neto", Cabral,
TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0837229-87.2019.8.18.0140

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO



Recebidos hoje,

Vistos etc.,

Em virtude de não se tratar de matéria de plantão, por não restar configurada a urgência descrita na Resolução de nº 11/2013 do TJPI, art. 2º, inciso VI, determino a remessa dos autos para a distribuição cível.
Cumpra-se.

Teresina-PI, 20 de Dezembro de 2020.

RAIMUNDO HOLLAND MOURA DE QUEIROZ
Juiz de Direito Plantonista





 **Credit Cash**



CTCE FORTALEZA CE PL7
HUELSON LINS DE SOUSA COSTA
Q 257 7
ITARARE
64078-274 TERESINA - PI



URGENTE

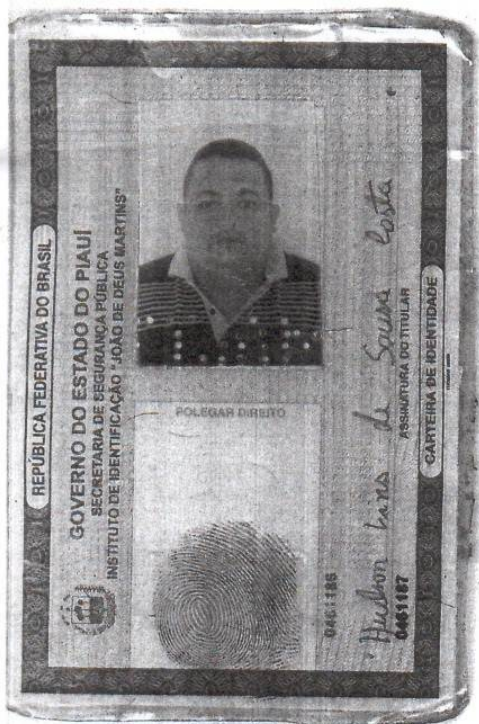
PARA USO DOS CORREIOS		
<input type="checkbox"/> 01 - MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> 07 - AUSENTE	Reintegrado ao serviço postal em: _____
<input type="checkbox"/> 02 - ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> 08 - NÃO PROCURADO	Rubrica do Responsável: _____
<input type="checkbox"/> 03 - NÃO EXISTE Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> 10 - OBJETO DANIFICADO	Matricula: _____
<input type="checkbox"/> 04 - FALECIDO	<input type="checkbox"/> 11 - END. DESCONHECIDO NA LOCALIDADE	
<input type="checkbox"/> 05 - DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> 12 - FALTA COMPLEMENTO (COLETIV/GU)	
<input type="checkbox"/> 06 - RECUSADO	<input type="checkbox"/> 13 - CAIXA POSTAL CANCELADA	

Devolução Eletrônica - CEDO
CAIXA POSTAL 19568
CEP 80.231-970 - CURITIBA - PR



3610131850062770000001113330130418
Karkei_Job236179(011133)/MD_CARTAUNIFICADA_FASES_238579_1004_FAC.zip/





SS Confira com o orig.
Data: 24/01/19

Kalline Grace Monteiro Silva
Técnico do Seguro Social
Mat.: 149102-5



SAMU
192

FHT
Fundação Hospitalar
de Teresina



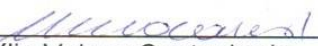
Prefeitura de
Teresina

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que no dia **22/11/2017** foi socorrido pelo SAMU o Paciente. **Huelson Lins de Sousa Costa**, vítima de acidente de trânsito tendo sido removido pelo SAMU e levado para o Hospital de Urgência de Teresina-HUT.

Ressaltamos ainda que a equipe rasurou a ficha de registro de atendimento registrando o nome do mesmo de **Helson Lins de Sousa Costa** invés **Huelson Lins de Sousa Costa**.

Teresina ,10 de Janeiro de 2018.


Marília Veloso Cantanhede
Gerente Administração e Financeira
SAMU



Rua Coronel Luís Ferraz, 3390. Bairro Macaúba.
Teresina-PI. CEP 64016-055
CNPJ 17.577.205/0013-70



86 3218 - 2880



fht.samu@teresina.pi.gov.br





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado 2837	02 Data do chamado 22/11/17	03 PRO (código) 9999	04 Saída do PA 16:11	05 Chegada ao local 16:10	
	06 Saída do local 16:28	07 Chegada ao 1º hospital 16:38	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital		
Local da Ocorrência	10 Endereço Av. Nôa Mucuba	11 Bairro SIN.	12 Município-UF Teresina-PI	Código IBGE		
	13 Ponto de referência					
Dados do Paciente	14 Nome Wilson Luis de Sousa e Silva	15 Sexo 1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado				
	16 Idade 08/11/33	Se idade ignorada, preencha com 999	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado			
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência 01 - Acidente de transporte	06 - Tentativa de suicídio	11 - Queda	16 - Outros		
	02 - Agressão física-espantamento	07 - Envenenamento	12 - Urgência clínica	17 - Já removido		
Acidente de Transporte	19 Vítima 1 - Pedestre 2 - Condutor 3 - Passageiro 9 - Ignorado	20 Meio de locomoção 1 - A pé 2 - Automóvel 3 - Motocicleta 9 - Ignorado	21 Outra parte envolvida 1 - Automóvel 2 - Motocicleta 3 - Ônibus/Micro-ônibus 4 - Bicicleta	22 Equipamentos de segurança Capacete Cinto de segurança Assento para criança		
Exame Físico	23 Glasgow = 15 ABERTURA OCULAR 4 - Espontânea 3 - À voz 2 - À dor 1 - Nenhuma	RESPOSTA VERBAL 5 - Orientada 4 - Confusa 3 - Palavras inapropriadas 2 - Palavras incompreensíveis 1 - Nenhuma	RESPOSTA MOTORA 6 - Obedece a comandos 5 - Localiza dor 4 - Movimento de retirada 3 - Flexão anormal 2 - Extensão anormal 1 - Nenhum	24 Sinais Vitais Pulso 103 Resp. PA 20x50 TAX. 96/1 SatO2	25 Local da lesão 	
	26 Pupilas 1 - Iguais 2 - Desiguais	27 Pulso Radial 1 - Cheio 2 - Fino 3 - Ausente	28 Sangramento 1 - Sim 2 - Não	29 Dor 0 - Sem Dor 1 - Leve 2 - Moderada 3 - Intensa 4 - 10	30 Fratura 1 - Sim 2 - Não 3 - Suspeito	
Assistência	31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não)					
	<input type="checkbox"/> Aspiração <input checked="" type="checkbox"/> Prancha longa/curta <input type="checkbox"/> Imobilização de extremidades <input type="checkbox"/> Glicemia <input type="checkbox"/> Oxigênio <input type="checkbox"/> Colar cervical <input type="checkbox"/> Reanimação cardiopulmonar <input type="checkbox"/> Acesso Venoso <input type="checkbox"/> Curativos <input type="checkbox"/> Kred <input type="checkbox"/> Assistência obstétrica <input type="checkbox"/> Medicamentos a) <input type="checkbox"/> b) <input type="checkbox"/> c)					
Hospital de Destino	32 Hospital de Destino UPA Renascença					
	33 Condições de entrada 1-Melhorado 2-Piorando 3-Inalterado					
Observações Interdisciplinar	34 Óbito 1-Sim 2-Não					
	Observações Interdisciplinar: Colisão com moto no trânsito, paciente apresentando escoriações. CONFERE COM O ORIGINAL Marília Veloso Cantanhede Gerente Administrativa SAMU					
Responsável pela recepção: Socorristas Médico: Enfermeiro Condutor:						

Versão: 27.11.2011



Alta



**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**

NOME DO PACIENTE: Hudson Lins de Sousa Costa

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 460417

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

COPIA FEITA EM
TERESINA, PI 24/11/17

Imp: 22/11/2017 19:20:51

(User: LIVIA ARAUJO)

(Estação: ACCR01)

BOLETIM DE ENTRADA - BE**DADOS DO PACIENTE:**

Nome: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA		Prontuário: 460417
Mãe: ANA LUIZA DE SOUSA SILVA COSTA		Pai: ANTONIO ROCHA COSTA
End.Resid.: QD 257 CS 07 - DIRCEU ARCOVERDE - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 08/11/1983	Idade: 34a:0m:14d	Sexo: Masculino Fone: 86-98844-6598
Responsável: LEIDIANA DE SOUSA		CNS: 702609238124049
Profissão: COMERCIANTE		Documento: CPF: . . .
G. Instrução: Não informado		E.Civil: Solteiro(a)
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 638309	Data: 22/11/2017 19:13:40	Condução: VEÍCULO PRÓPRIO OU DE TERCEIROS
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S
Acid.Trab.: Não	Acid. Trajeto: Não	Acid. Trab. Típico: Não CID Secundário: V299

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma: PROBLEMAS EM EXTREIMIDADES	Evento Principal: Dor moderada	Destino: ORTOPEDISTA	Classificação: Amarelo
Breve História: Trauma no MSE após colisão moto/carro. Estava com capacete.		Profissional Clas. Risco: LIVIA DE ARAUJO SOUSA COREN 93272 Em: 22/11/2017 19:20:43	

DADOS CLÍNICOS: (Hora: ____:____)

Fratura de rádio distal e
de pulso e

HUT-SAME
CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA, PI 24/11/17
SERVIDOR: *Wacarcia*

PA ____ X ____ mmHg	Pulso: ____	FC: ____ bpm	Temp.: ____
Diagnóstico Inicial:			CID:

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:		Se Internado, indique o Procedimento e CID
DATA: ____/____/____ HORA: ____:____		Procedimento: <i>552.7</i> CID: <i>552.7</i>

Luciano Gomes Santana
Assinatura Paciente ou Responsável

Dr. Sérgio Barbosa Bezerra
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
Assinatura - CRM Profissional Médico



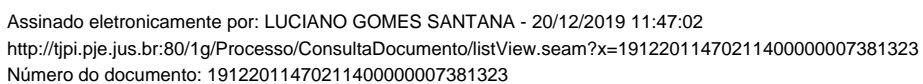


**PRESCRIÇÃO
MÉDICA**

[illegible]

MÉDICO/CRM:

Mod: 007





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA: 13/11/2014

NOME DO PACIENTE:	Auelson Leão de Sousa Costa	PRONTUÁRIO:	60417
DIAGNÓSTICO:	FMT-TUDIO+TUB	CIRURGIA:	Oncoptia e Tumor
ANESTESIA:	BBB	Nº DA SALA:	05 anti-braco
CIRURGIÃO:	Dr. Paulo Teó	CPF Nº:	
AUXILIAR:		CPF Nº:	
ANESTESIA:	Dr. Aloisio	CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	Alcantara	CPF Nº:	

HUT-SAME
CONFERE COM ORIGINAL
TERESINA, 13/11/14
SERVIDOR: J. J. J.

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI N.24	UNID.	02	
AGULHA 30X8	UNID.	01		LUVA Nº 7.10	PAR	03	
AGULHA 40X12	UNID.	01		LUVA Nº 7.15	PAR	02	
AGULHA RAQUE	UNID.	-		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	04	
ALCOOL 70%	ML	50		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO	BOLA	-		PVPI TÓPICO	ML	100	
ÁGUA OXIGENADA	ML	-		PVPI TINTURA	ML	-	
COMPRESSA	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.			SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	30		SERINGA 5CC	UNID.	-	
ESCALPE Nº	UNID.	-		SERINGA 3CC	UNID.	-	
FORMOL	ML	-		SORO FISIOLÓGICO 200ml FRASCO	03		
GASES	PAC.	04		SONDA URETRAL	UNID.	-	
JELCO Nº	UNID.	-		Cateter 02		01	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				Eletrodo -		05	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.				Excavador -		03	
CAT. GUT. CROMADO C/AG				Cureta -		02	
CAT. GUT. CROMADO S/AG				Faixa de Sush -		02	
ALCOFIL							
MONONYLON 2.0		02					
FITA UMBILICAL		-		ENFERMARIA:			
VICRYL 0		01		CIRCULANTE: Solangimortinho			
PROLENE							

MOD - 094



Assinado eletronicamente por: LUCIANO GOMES SANTANA - 20/12/2019 11:47:02

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122011470211400000007381323>

Número do documento: 19122011470211400000007381323



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente

Welson Loais de Sousa Costa

Diagnóstico pré-operatório

DMT-DMAF-KNA + pulso (L)

Operação - Tipo

PLR CRM 2660 Ortopedia e Traumatologia

Cirurgião

Dr. Loais

1º Assistente

2º Assistente

3º Assistente

Instrumentador(a)

Alcântara

Anestesista

Dr. Aloisio

Anestesia

BPB

Data da Operação

28.11.2017

Início

12:30

Fim

13:20

Diagnóstico Pós-operatório

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

NÃO HAVIA RISCOS

HUT-SAME
CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA, 28/11/17
SERVIDOR: [assinatura]

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

- (1) DMK (2) ASSORIA (3) LAUFOS
- (4) NUSO DORR (5) MKY PUX DOP
- (6) FVRA (7) HXPO DO PUXO
- com HOSK (8) UNIRO

Dr. Loais
Ortopedia e Traumatologia
CRM 2660 CPF 746.635.933-72

Mod. 76 HUT



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **HUELSON LINS DE SOUSA COSTA** (Prontuário: 460417)
Endereço: QD 257 CS 07 - DIRCEU ARCOVERDE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 08/11/1983 Idade: 34a.2m:1d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 202760
Requisição: 792503 Solicitação: 23/11/2017 Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA
Controle: 982942 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ANEXO I EXTRA 013

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040019

Data Exame: 23/11/2017

ANTEBRACO ESQUERDO

O estudo radiológico do antebraço esquerdo foi realizado nas incidências em
pa/perfil.
os seguintes aspectos foram observados:

- Exame realizado para controle pós-operatório de osteossíntese metálica em ulna e
rádio distais.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 09/01/2018

LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI
Profissional Responsável

Luciano Gomes Santana
Matrícula: 69904
SAME-HUT
Confere com Original





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
 Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **HUELSON LINS DE SOUSA COSTA (Prontuário: 460417)**
 Endereço: QD 257 CS 07 - DIRCEU ARCOVERDE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 08/11/1983 Idade: 34a:4m:13d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 656330
 Requisição: 823402 Solicitação: 21/03/2018 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
 Controle: 1019121 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040124

Data Exame: 21/03/2018

PUNHO ESQUERDO

O estudo radiológico do punho esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil. Os seguintes aspectos observados:

- Fratura transversa em consolidação, alinhada, acometendo a metáfise distal do rádio.
- Imagem sugestiva de fratura na extremidade do processo estilóide da ulna.
- Placa e parafusos metálicos de osteossíntese no terço distal da diáfise da ulna.
- Aumento de volume de partes moles.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 21/03/2018

CARLOS EDUARDO VIANA FERNANDES

CPF: 395.907.393-34 CRM: 2000
 Profissional Responsável

Carimbo: **Unipar Pimentel Cavalcante**
 Matrícula: 66004
 SIAUS-HUT
 Confira com Original

[Assinatura manuscrita]





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
 Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3228 4872
 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 03.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **HUELSON LINS DE SOUSA COSTA** (Prontuário: 466417)
 Endereço: QD 257 GS 07 - DIRCEU ARCOVERDE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 08/11/1983 Idade: 34a:2m:1d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 202760
 Requisição: 792503 Solicitação: 23/11/2017 Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA
 Controle: 962942 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ANEXO I EXTRA 013

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040018

Data Exame: 23/11/2017

ANTEBRACO ESQUERDO

O estudo radiológico do antebraço esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil, os seguintes aspectos foram observados:

- Exame realizado para controle pós-operatório de osteossíntese metálica em ulna e rádio distais.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 09/01/2018

LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI
 Profissional Responsável



HUELSON LINS DE SOUSA COSTA**RELATÓRIO MÉDICO**

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE ACIMA, PORTADOR DE RG Nº 2.236.222-SSP/PI, FOI VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLÍSTICO NO DIA 22/11/17 COM TRAUMA EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, CURSANDO COM FRATURA DO RÁDIO E ULNA ESQUERDA, SENDO SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO. ATUALMENTE APRESENTA-SE COM CICATRIZES CIRÚRGICAS EM ANTEBRAÇO ESQUERDO, DOR A MOBILIZAÇÃO E LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO PUNHO ESQUERDO EM 50%.

Teresina, 09/07/2018

Lucas Lopes Rego
Dr. LUCAS LOPES REGO
MÉDICO DO TRABALHO - CRM 3932
Dr. Lucas Lopes Rego
Médico do Trabalho
CRM - PI 3932/MA 6406





SECRETARIA DE SEGURANÇA DO PIAUI
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL "Gerardo Vasconcelos"
Rua Francisca de Melo Lobo, s/n.º Sacy - Fone: 86 3220 7373
TERESINA-PI CEP: 64020-190 CNPJ: 06.553.549/0001-90



LAUDO DE EXAME PERICIAL - L. CORPORAL-ACID. TRÂNSITO

Pag: 1 de 1

Identificação do Laudo:			
Código: 106025	Tipo: L. CORPORAL-ACID.	Requerente: DELEGACIA DE ACIDENTES	Cidade: TERESINA-PI
Data Requisição: 03/01/2018	Remeter Para: O mesmo (a)	Data Exame: 03/01/2018	Hora Exame: 11:49
Local Exame: I.M.L.		Emissão do Laudo: 03/01/2018 11:49:26	

Identificação do Periciando:

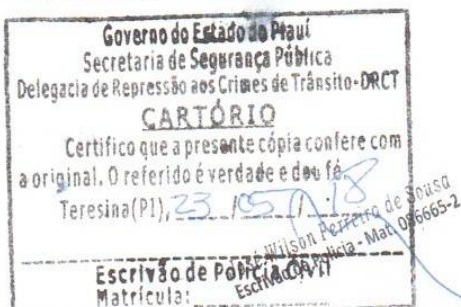
Código: 88541	Nome: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA	Nacionalidade: Brasileira	Cor: BRANCA
Dt. Cadastro: 03/01/2018	Endereço: QD 257 CS 07 DIRCEU II - ITARARE - TERESINA - PI		
Mãe: ANA LUIZA DE SOUSA SILVA COSTA	Pai: ANTONIO ROCHA COSTA		
CPF: 2236222-SSP PI	Registro Nascimento:		
Profissão: COMERCIANTE	Nascimento: 08/11/1983	Idade (anos): 34	Sexo: M
Estado Civil: Solteiro(a)			

L A U D O:

P R E Â M B U L O: No dia, hora e local acima referidos, os peritos designados pelo Ilustríssimo Coordenador Estadual do Instituto de Medicina Legal "Gerardo Vasconcelos", IMGLV, André Biondi Ferraz - CRM 4466 - PI, nos termos do art. 178 do Código de Processo Penal, para procederem ao Exame de Corpo de Delito descrito acima do periciando também já qualificado. Em face do que viram e observaram passaram a descrever com verdade e com todas as circunstâncias o que encontraram e, bem assim, esclarecerem tudo quanto possa interessar. **H I S T Ó R I C O:** Periciando orientado auto e alo psiquicamente para a idade, relata que fora vítima de acidente de trânsito no dia 22 de Novembro de 2017, com trauma no membro superior esquerdo. **DESCRIÇÃO:** Periciando se apresenta com membro superior esquerdo com curativo e tala. Apresenta cópia de prontuário que revela que o periciando sofreu fratura de rádio distal esquerdo. Foi submetido a cirurgia no dia 23.11.2017. **DISCUSSÃO:** Fratura de rádio distal ainda em tratamento. Necessita de exame complementar após alta médica. **RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS:** 1) Houve ofensa à integridade física ou a saúde do examinado? Resp.: Sim 2) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: Contundente 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: Sim 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Resp.: Sim. Incapacidade acima de 30 dias. Necessita exame complementar após alta médica para avaliar sequelas do tipo debilidade permanente 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente? Resp.: Necessita exame complementar após alta médica. 6) Outros dados julgados úteis? Resp.: Não Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. / / / / /

ARTHUR SAMPAIO SOARES DE SOUSA
Perito Médico Legal - CRM 3706 - PI

JOSÉ HERCULANO DE CARVALHO JÚNIOR
Perito Médico Legal - CRM 2896 - PI



Pag: 1 de 1

Assinado eletronicamente por: LUCIANO GOMES SANTANA - 20/12/2019 11:47:02

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912201147021140000007381323

Número do documento: 1912201147021140000007381323

Num. 7725232 - Pág. 14



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Radanção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **HUELSON LINS DE SOUSA COSTA (Frontuário: 460417)**
Endereço: QD 257 CS 07 - DIRCEU ARCOVERDE - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 08/11/1983 Idade: 34a:2m:1d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 202760
Requisição: 792503 Solicitação: 23/11/2017 Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA
Controle: 982942 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ANEXO I EXTRA 013

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040019

Data Exame: 23/11/2017

ANTEBRACO ESQUERDO

O estudo radiológico do antebraço esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil, os seguintes aspectos foram observados:

- Exame realizado para controle pós-operatório de osteossíntese metálica em ulna e rádio distais.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 09/01/2018

LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS

CPF: 690.717.783-04 CRM 3508 PI
Profissional Responsável





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
RECEITUÁRIO



DADOS DO PACIENTE

NOME: HUELSON LINS DE SOUSA COSTA
DATA NASC.: 08/11/1983 IDADE: 34 Anos 0 Mês 27 Dias SEXO: Masculino ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO: SAO VITOR Nº 7065 COMPL.:
BAIRRO: ANGELIM CIDADE: TERESINA CEP: 64040065

SOLICITO

FISIOTERAPIA 20 SESSOES

POS OP FRATURA DE PUNHO + DIAFISE DE ULNA

Data: 05/01/2018

Ass. Profissional

LAO-TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA

Conselho: 2660

"Humanizando e Cuidado Bem da Sua Saúde"

Av. Higino Cunha, 1642 - Fone: (86) 3216-1528 - Fax: (86) 3216 - 1520
CEP: 64.014-220 - Teresina - Piauí - CNPJ: 07.444.159/0002-25 - CMC: 035.372-8



Escritório de Advocacia

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PIAUÍ.

HUELSON LINS DE SOUSA COSTA, brasileiro, Identidade (RG) nº 2.236.222 SSP-PI e, CPF. nº 001.094.233-56, residente e domiciliado na QD 257, C 07, Dirceu Arcoverde, cidade de Teresina, Estado do Piauí, por seus procuradores, *in fine*, mandato anexo, onde recebem as comunicações de estilo, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, , propor presente:

<p>AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT</p>
--

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOSDPVAT S/A**, pessoa jurídica de pessoa privada, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, CEP nº 20031-201, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:



Escritório de Advocacia

Por oportuno, os advogados subscritores desta declaram, sob sua responsabilidade pessoal, a autenticidade das cópias de documentos acostados a estainicial.

I -PRELIMINARMENTE

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente **o Autor** declara, sob as penas da Lei, que não está em condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, e pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita, assegurada pelo art. 4º da Lei 1.060/50.

Reza o "Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família."

II - DAS RAZÕESFÁTICAS

O Requerente foi vítima de acidente automobilístico no dia **22/11/2017, às 16:11h**, conforme boletim de ocorrência e demais documentos juntados nos autos.

Da ocorrência, **o** Requerente veio a sofrer diversas **lesões corporais de natureza grave**, que podem ser percebidos os problemas, por meio de relatórios e prontuários médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **oRequerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo**



Escritório de Advocacia

nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nessa inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelamesma.

Dessa forma, os danos são inegáveis, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dá proteção financeira às vítimas de acidente de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Dessa forma, após um período de recuperação dos traumas e do abalo psicológico que fora acometida, **o Autor** de posse dos prontuários, exames e laudos médicos, aptos a declarar a sua INCAPACIDADE PERMANENTE solicitou junto à empresa requerida o pagamento do sinistro do seguro DPVAT - por INVALIDEZ, visto os danos sofridos, ficando impossibilitado do exercício da profissão por força do acidente ocorrido.

No ato do requerimento do pagamento do sinistro do seguro a empresa Seguradora requereu documentações que comprovassem os fatos, como boletim de ocorrência, dentre outros documentos comprobatórios dos fatos e das lesões sofridas, tudo apresentado **pelo** Requerente à Seguradora nos termos da Relação de Documentos para Sinistro DPVAT.

Ocorre que, para surpresa **do Autor**, e **apesar de toda a documentação apresentada e de ter sofrido graves**



Escritório de Advocacia

danos físicos, entre outras agruras que vem sofrendo desde então, **não obteve valor de indenização pelo seguro DPVAT.**

III - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal assegura, em seu art. 5º que “A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma o Requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito previsto em lei.

No entanto, suscitar a falta de interesse de agir caracteriza total desentendimento com a CF/88. Nesse sentido, vejamos a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA CASSADA. Frente à atual orientação do STJ, adiro ao entendimento da desnecessidade da comprovação da prévia recusa administrativa, a fim de que a parte se valha do judiciário para receber a indenização securitária decorrente do seguro DPVAT. Recurso provido; sentença cassada.



Escritório de Advocacia

(TJ-MG - AC: 10024110177359002 MG, Relator:
Eduardo Mariné da Cunha, Data de Julgamento:
30/01/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL,
Data de Publicação: 11/02/2014)

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE - NULIDADE DAS ENTENÇAS-RECURSOPROVIDO.Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada a faculdade de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário.

(TJ-MS - APL: 08014965520138120005 MS 0801496-55.2013.8.12.0005, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 15/04/2014, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/04/2014).

Importante mencionar que as seguradoras conveniadas com o Seguro DPVAT, dificultam o pagamento via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam o máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, não cumprem a legislação vigente. Assim, não está **obrigado** Requerente a receber valor inferior ao previsto em lei, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.



Escritório de Advocacia

IV - DO NEXO DECAUSALIDADE

Cumprе salientar que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

É incontestável a ocorrência do acidente de trânsito, uma vez que o Autor juntou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e laudo médicos) o que estabelecerá o nexo de causalidade.

Assim, no que concerne a **invalidez permanente**, restou devidamente comprovada pelo **laudo médico, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo Requerente, entre eles fraturas no punho esquerdo**. Portanto em virtude de tais lesões o Autor não consegue mais realizar atividades habituais, cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de sequela funcional definitiva.

Dessa forma, ainda que, estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais a Lei nº 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho. Como no caso em tela, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, embora seja para algumas ocupações habituais, já está configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido vejamos:

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA. Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constateda



Escritório de Advocacia

tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

V - DA PREVISÃO LEGAL

Em conformidade com o art 3º da Lei 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas assistência médicas e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). G.N.

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)



Escritório de Advocacia

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).G.N.

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.(Incluído pela Lei nº 11.482, de2007)

Ora, Excelência, restados comprovadas as lesões sofridas e as alegações aqui prestadas, por meio das contundentes provas apresentadas, e sendo verossímeis os fatos presentes nesta exordial, cabe a este Juízo a determinação do pagamento do valor remanescente do sinistro, referente ao Seguro DPVAT, visto que devido em seu patamar maior e não pago na integralidade pela empresa seguradora requerida por ser expressão de justiça.

Entretanto, o valor pago **o Requerente** nada traz de coerência com a supracitada lei e seu anexo, não havendo correspondência do valor pago com os percentuais ali estampados, o que salta aos olhos tal disparidade.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de



Escritório de Advocacia

culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Portanto, verifica-se que qualquer pessoa, na hipótese de ser vitimada em acidente de trânsito e desde que haja **invalidéz permanente ou parcial de qualquer grau, terá direito a uma importância pecuniária a título de indenização**, a qual no caso em baila foi fixada em lei por valor equivalente **a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Ocorre que, a despeito de ser límpido o direito **do Autor**, notadamente porque houve o reconhecimento da invalidéz por parte da Seguradora, **o Autor não obteve valor de indenização pelo seguro DPVAT**.

Nossos tribunais tem assim se manifestado, vejamos:

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA

MANTIDA. Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constante da tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

Vale ressaltar que, é entendimento pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá



Escritório de Advocacia

ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do CNSP, vejamos o seguinte julgado:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO PÓLO PASSIVO - SEGURADORA INTEGRANTE DO CONSÓRCIO NACIONAL DO CONVÊNIO DPVAT - LEGITIMIDADE - REVELIA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO. **É**

pacífico o entendimento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul de que toda qualquer seguradora integrante do consórcio nacional do convênio DPVAT tem legitimidade para figurar no pólo passivo de ação visando cobrança de seguro obrigatório. A presunção de veracidade prevista no dispositivo é relativa e não implica necessariamente na procedência da pretensão inicial, sendo necessário a análise das circunstâncias apresentadas, podendo o juiz, até mesmo, julgar improcedente a ação. A prova pericial atestando a ocorrência de invalidez permanente é prova essencial para a procedência do pedido de cobrança de indenização a título de DPVAT.

(TJ-MS - APL: 00042793920128120021MS 0004279-39.2012.8.12.0021, Relator: Des. Claudionor Miguel Abss Duarte, Data de Julgamento: 15/01/2013, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/01/2013)

Assim, as seguradoras que fazem parte do consórcio DPVAT, portanto são regidas pelo princípio da solidariedade, ou seja, todas podem ser acionadas para o pagamento da indenização devida, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial.



Escritório de Advocacia

Vale mencionar ainda, que tanto a legislação quanto a jurisprudência assim entendem, já pacificada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.

(...)

6. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg no Ag: 870091 RJ 2007/0030346-6, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 20/11/2007, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 11/02/2008 p.106).

Desse modo, em vista da recusa da Seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar o Poder Judiciário **para que imponha a Seguradora a obrigação de pagar a complementação de sua indenização, devidamente corrigido monetariamente, e com a incidência de jurose**



Escritório de Advocacia

multa moratórios legais do período ou seja, 13/10/2015,
conforme preceitua o art. 5º, § 7º da Lei 6.194/74.

Art. 5º

(...)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Eis a razão que alberga o direito da Autora.

VI - DOSPEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita** por ser a Requerente pessoa pobre na acepção da Lei nº 1.060/50.

b) A citação da Requerida no endereço constante da inicial, através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de confissão e revelia, nos termos do art. 344 do NCPC;



Escritório de Advocacia

c) A procedência do pedido constante da presente ação, com a condenação da empresa seguradora **Requerida** ao **pagamento da diferença da indenização do Seguro DPVAT o Requerente**, no correspondente ao importe de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)** devidamente **corrigido monetariamente, e com a incidência de juros e multa moratórios legais do período;**

d) A condenação ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação;

e) A condenação em honorário de sucumbência;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas, realização de perícias e juntada de quaisquer outros documentos que esse respeitável Juízo entender necessário.

Nos termos do art. 272, § 5º do CPC/2015 (constando dos autos pedido expresso, para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade), requer-se que as comunicações dos atos processuais sejam dirigidas ao advogado Tiago Luiz Teixeira, OAB/PI nº 7560

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**



Escritório de Advocacia

Nestes termos.
Pede deferimento.

Teresina, 20 de Dezembro de 2019.

Dr. Luciano Gomes Santana
OAB/PI Nº11.668

DOS QUESITOS DA PERÍCIA:

- 1) Houve ofensa à integridade física ou à saúde da examinanda? Quais lesões ela sofreu?
- 2) Restou sequelas da lesão ocorrida? Em caso afirmativo, favor identificá-las.
- 3) Tais lesões resultaram na incapacidade da requerente para as ocupações habituais, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função?
- 4) Tal sequela resultou em incapacidade permanente para o trabalho na função exercida pela pericianda?
- 5) Se tal sequela resultou em deformidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente?



Escritório de Advocacia

6) Qual o grau/percentual da debilidade permanente sofrida pelo periciando?

Teresina, 20 de Dezembro de 2019.

Dr. Luciano Gomes Santana
OAB/PI N° 11.668



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Huilton Lima de Sousa Costa, brasileiro, RG:
2.236.222 SSP/PI, (CPF: 001.094.233-56, residente
e domiciliado na R. 257, 7, Itarema, Teresina
-PI

Outorgado: **LUCIANO GOMES SANTANA**, brasileiro, casado, Advogado, CPF Nº 912.829.693-15, inscrito na OAB-PI nº 11.668/PI, com endereço profissional na Rua Bolívia, 580, CEP: 64.016-370 Bairro Cristo Rei, Teresina – PI.

Poderes: com os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", ao outorgado para representá-lo (a) dentro e fora do foro em geral, com amplos poderes junto a qualquer juízo, instância ou Tribunal, podendo propor ou impetrar contra terceiros as ações que se fizerem necessárias, ou defendê-lo (la) nas que lhes sejam propostas, seguindo, umas e outras, até decisão final, usando de todos os recursos aplicáveis à espécie e ainda conferindo-lhe poderes especiais para receber citações, confessar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, propor Execução, requerer Falências, habilitar créditos, Ação Ordinária Previdenciária, Ações Cíveis e Rescisórias, Embargos, Agravos, Habeas-Corpus, Mandados de segurança, agindo em conjunto ou isoladamente, podendo inclusive substabelecer esta a outrem, de igual forma e com ou sem reserva de poderes, dando, ao fim, tudo por bom, firme e valioso.

Teresina – PI, 22 de maio de 2019.

Huilton Lima de Sousa Costa

Outorgante

